



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO (DEDC), *CAMPUS XIII***

**FRANCIELE BOMFIM NEVES**

**COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO ENDÓGENO E EQUILÍBRIO SOCIAL.**

**ITABERABA (BA)**

**2018**

FRANCIELE BOMFIM NEVES

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO ENDÓGENO E EQUILÍBRIO SOCIAL.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na modalidade monografia, apresentado ao Departamento de Educação (DEDC), *Campus* XIII, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), para fins de obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: professor Doutor Luiz Carlos dos Santos.

ITABERABA (BA)

2018

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

(A ser elaborada posteriormente, pela biblioteca quando do tratamento em capa dura)

**COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO ENDÓGENO E EQUILÍBRIO SOCIAL.**

Monografia enquanto Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), defendida por Franciele Bomfim Neves, aprovada em 07 de dezembro de 2018 pela Banca Examinadora constituída pelos professores abaixo discriminados:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Doutor Luiz Carlos dos Santos – Orientador (UNIFACS)  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

---

Professor Especialista Valdir dos Santos Miranda – Examinador (FVC/CEPPEV)  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

---

Professor Mestre Carlos Henrique de Macedo – Examinador (GESTEC/UNEB)  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Dedico primeiramente a Deus que me concedeu forças para realização deste trabalho. Aos meus pais, pelos valores, princípios inseridos na minha formação pessoal e por estarem sempre ao meu lado auxiliando na realização de um sonho comum e provando que todo esforço valeu a pena.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador Professor Doutor Luiz Carlos dos Santos, que deixo uma palavra sincera de gratidão pela sua competência e seus saberes partilhados durante todo o desenvolvimento desta monografia.

Ao Prof.<sup>o</sup>. Lucas de Jesus Pereira e Prof.<sup>o</sup>. Guilherme Aroldo do Valle Barbosa por suas contribuições no processo de aperfeiçoamento deste trabalho.

A todos os meus familiares e amigos por todo conforto e ânimo que me proporcionaram.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho se tornasse uma realidade.

Pois se uma grande pedra se atravessa no caminho e 20 pessoas querem passar, não o conseguirão se um por um a procuram remover individualmente. Mas se as 20 pessoas se unem e fazem força ao mesmo tempo, sob a orientação de um deles, conseguirão solidariamente afastar a pedra e abrir o caminho para todos.

Theodor Amstad.

## **COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ENDÓGENO E EQUILÍBRIO SOCIAL.**

### **RESUMO**

O presente trabalho monográfico objetivou apresentar as contribuições da cooperativa de crédito local para a ascensão econômica da cidade de Itaberaba (BA). Para elucidação da problemática, o percurso metodológico compreendeu: método hipotético dedutivo; no que tange à tipologia quanto aos objetivos teve caráter exploratório, com contornos descritivos; em relação à natureza da abordagem delimitou-se como quantitativa e qualitativa; no tocante à natureza da exposição do objeto, caracterizou-se como teórico-documental; em termos de fontes tiveram como bases pesquisas bibliográficas, documentais e eletrônicas; no que concerne à parte documental, utilizou-se dados estatísticos referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para fins de comparação com cidades circunvizinhas que não possuem cooperativa de crédito. Enquanto resultados alcançados apurou-se que a localidade onde atua a cooperativa de crédito possui o índice de desenvolvimento humano mais elevado, entre as demais cidades da localidade, portanto, conclui-se que a cooperativa de crédito trouxe benefícios significativos ao longo dos anos ao município de Itaberaba (BA).

**Palavras-chave:** Cooperativismo. Cooperativa de Crédito. Instituições Financeiras. Desenvolvimento Local.

**CREDIT COOPERATIVISM: AN ENDOGENOUS ECONOMIC DEVELOPMENT  
INSTRUMENT AND SOCIAL EQUILIBRIUM.**

**ABSTRACT**

*The present course conclusion monograph was aimed to present the contributions of the local credit cooperative for the economic rise of the city of Itaberaba (BA). To elucidate the problematic, the methodological course comprised: hypothetical deductive method; with regard to the typology as to the objectives had an exploratory character, with descriptive outlines; in relation to the nature of the approach was delimited as quantitative and qualitative; in relation to the nature of the exhibition of the object, was characterized as theoretical-documentary; in terms of sources were based on bibliographical, documentary and electronic research; in relation to the documentary part, statistical data related to the Human Development Index (HDI), made available by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), were used for comparison purposes with surrounding cities that do not have a credit union. As a result, it was found that the locality where the credit cooperative operates has the highest human development index among the other cities in the locality, so it is concluded that the credit union has brought significant benefits over the years to the city of Itaberaba (BA).*

**Key words:** *Cooperativism. Credit cooperative. Financial Institution. Local Development.*

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – IDHM-E.....	33
Gráfico 2 – IDHM-L.....	34
Gráfico 3 – IDHM-Renda.....	35
Gráfico 4 – Renda <i>Per Capita</i> .....	35
Gráfico 5 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.....	37

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema conceitual.....	15
Figura 2 – Localização da cidade de Itaberaba.....	27
Figura 3 – Mapa dos Municípios constituição da Renda per capita.....	36

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferenças entre Bancos e Instituições Financeiras Cooperativa.....	24
---	----

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ACI – Aliança Cooperativa Internacional.

BA – Bahia.

BACEN – Banco Central da República Federativa do Brasil.

BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil S/A.

DEDC – Departamento de Educação.

FVC/CEPEV – Fundação Visconde de Cairu.

GESTEC/UNEB – Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

IDHM-E – Índice de Desenvolvimento Municipal Educacional.

IDHM-L – Índice de Desenvolvimento Municipal Longevidade.

IDHM-Renda – Índice de Desenvolvimento Municipal Renda.

LTDA – Limitada.

OCB – Organização das cooperativas Brasileiras.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano.

RS – Rio Grande do Sul.

SECOM – Secretaria de Comunicação.

SFN – Sistema Financeiro Nacional.

UNEB – Universidade do Estado da Bahia.

UNIFACS – Universidade Salvador.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>15</b>
<b>2.1.</b>	<b>Esquema conceitual</b> .....	<b>15</b>
<b>2.2.</b>	<b>Conceituação de cooperativismo</b> .....	<b>15</b>
<b>2.3.</b>	<b>Origens do Cooperativismo.</b> .....	<b>18</b>
2.3.1.1.	No mundo.....	18
2.3.1.2.	No Brasil .....	19
2.3.1.3.	Princípios Cooperativistas .....	20
2.3.1.4.	Cooperativas Financeiras x Bancos Comerciais .....	23
2.3.1.5.	Caracterização do Município de Itaberaba (BA) .....	26
<b>2.4.</b>	<b>Desenvolvimento endógeno</b> .....	<b>28</b>
2.4.1.	Desenvolvimento local e sua relação com o cooperativismo .....	28
2.4.2.	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	30
<b>3</b>	<b>TRILHA METODOLÓGICA</b> .....	<b>31</b>
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS</b> .....	<b>32</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>37</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>41</b>
	<b>BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS</b> .....	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As cooperativas de crédito são instituições financeiras formadas por pessoas com objetivos similares, que através da união voluntária buscam o fortalecimento em conjunto para alcançar os seus propósitos, difundindo-se em um movimento socioeconômico benéfico a sociedade e seu território. Estas tem garantido o seu espaço frente ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), este, é definido como o órgão que regula as operações entre os agentes superavitários (pessoas físicas ou jurídicas detentoras do capital) e os agentes deficitários (pessoas físicas ou jurídicas que possuem escassez de recursos financeiros). As cooperativas financeiras se encontram na qualidade de alternativa para acelerar o crescimento econômico e social do país, em meio ao cenário de políticas econômicas restritivas. As referidas entidades, pertencentes ao terceiro setor, destacam-se no que se refere às propostas de soluções financeiras, por apresentar taxas de juros mais acessíveis, entre outros benefícios para os seus associados, estes, que independente da reciprocidade do montante de seus investimentos tem a condição de “dono”, diferença crucial que discerne os “associados” dos “clientes”. As cooperativas financeiras brasileiras, principalmente em cidades de pequeno e médio portes têm propiciado melhoria de qualidade de vida das pessoas por meio da inclusão socioeconômica. Partindo desta perspectiva, o presente trabalho buscou analisar a relação das referidas entidades e o impacto na economia local sob a ótica do Índice de Desenvolvimento Humano.

Em decorrência da supramencionada relação, surgiu o seguinte enunciado desta problemática investigativa: **em que medida a cooperativa de crédito pode contribuir no desenvolvimento local da cidade de Itaberaba (BA)?** O tema em tela pode ser trabalhado sobre diferentes ângulos já que o cooperativismo de crédito tem se expandindo no Brasil. Segundo o Sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) (2018), atualmente, o país conta com 6,6 mil cooperativas que contribuem para melhorar a economia e o equilíbrio social nos municípios; fato esse que levou ao aprofundamento deste estudo, na busca de melhor compreensão ao se observar, que de um modo geral, as cooperativas de crédito contribuem para alavancar a economia e, de maneira específica, do município de Itaberaba (BA).

No campo científico, esta pesquisa poderá servir de fontes para futuras investigações em torno da temática, proporcionando alargamento do arcabouço teórico existente.

Na órbita social, o estudo possui alto nível de relevância aos leitores, associados e pesquisadores que possam ter interesse em conhecer as especificidades do cooperativismo de crédito, os benefícios de ser um associado, entre outras informações inerentes a temática, inclusive auxiliando pessoas no processo de tomada de decisões. Assim, acredita-se que este trabalho poderá servir de grande fonte informativa para a comunidade Itaberabense (BA), e municípios adjacentes.

Em relação à motivação da autora, o estudo sofreu a influência da atuação direta com a cooperativa de crédito, pois esta possui ações voltadas para prevenção e o gerenciamento de riscos e impactos socioambientais, além de trazer benefícios a localidade onde atuam, de maneira a despertar a curiosidade de averiguar os índices que demonstram o progresso regional e o equilíbrio social nos municípios.

No que tange ao objetivo geral o presente estudo foi centrado na análise da cooperativa de crédito e sua relação com o crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), em especial o de Itaberaba (BA). Enquanto objetivos específicos foram traçados: diferenciar as cooperativas de crédito dos Bancos Comerciais; verificar se há relação entre a cooperativa de crédito existente em Itaberaba (BA) e o crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) no referido município.

No que concerne à metodologia, o terceiro capítulo deste trabalho trata do seu delineamento.

O referencial teórico compõe-se de cinco capítulos: esta introdução, que apresenta de maneira panorâmica a temática acerca da pesquisa, problematiza o objeto do estudo, fixa os objetivos (geral e específicos), estabelece a justificativa nas três dimensões: científica, social e pessoal, além de trazer a sinopse capitular, seguida do capítulo intitulado “referencial teórico”, no qual expôs-se acerca das origens do cooperativismo e inserção do cooperativismo de crédito no Brasil, versou-se a respeito das cooperativas de crédito, juntamente com seus princípios, os quais são essenciais para a compreensão do cooperativismo, abordou-se sobre a diferença entre cooperativas de crédito e as demais instituições financeiras; do desenvolvimento local correlacionando com o cooperativismo, discutindo-se acerca do IDH-M; a trilha metodológica é o objeto do terceiro capítulo, seguido da “Apresentação, Análise e Interpretação” dos dados coletados, finalmente, o quarto capítulo descreve acerca da conclusão, a qual retoma os pontos chaves do referencial teórico para, em seguida,

explicitar-se sobre a elucidação da problemática, do alcance dos objetivos do estudo e do posicionamento da autora frente à temática.

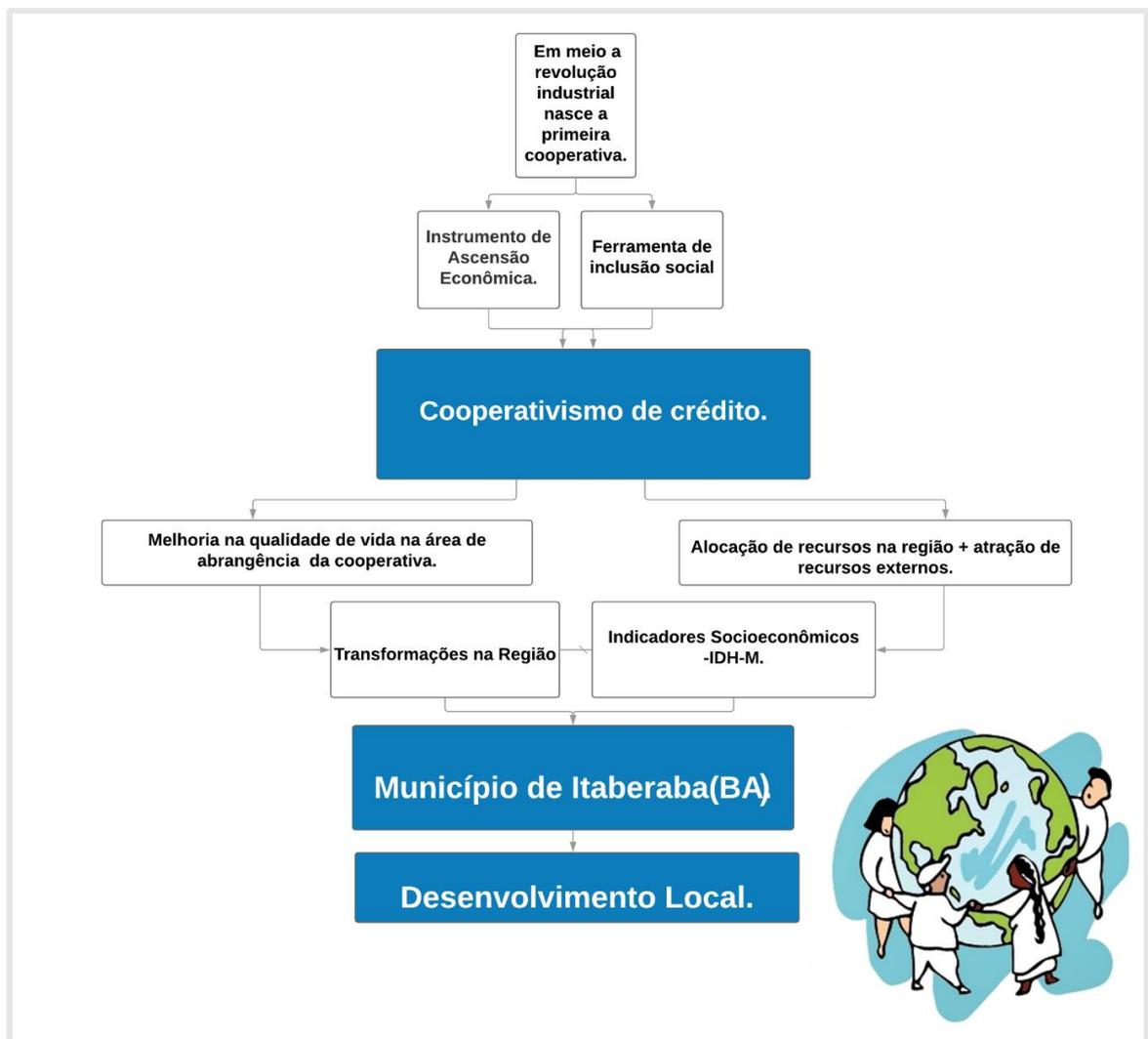
## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo alicerça teoricamente o estudo, de forma a ancorar o objeto investigativo.

### 2.1. Esquema conceitual

A figura 1, na página seguinte, traz a representação graficamente deste referencial teórico:

**Figura 1 – Esquema conceitual**



Fonte: Neves (2018).

### 2.2. Conceituação de cooperativismo

As cooperativas de crédito têm garantido um espaço considerável frente ao Sistema Financeiro Nacional, destacando-se principalmente por oferecer soluções e alternativas financeiras que visam acelerar o desenvolvimento econômico e social do

país, tendo em vista, o cenário de políticas econômicas absolutamente restritivas vivenciado no Brasil.

Aliança Cooperativa Internacional (ACI) – entidade máxima do movimento cooperativo global defini a palavra Cooperativa enquanto associação autônoma de indivíduos, unidos de maneira voluntária, buscando suprir as suas necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através da coletividade de uma empresa democrática. Congresso Centenário da ACI. Manchester – Inglaterra, setembro de 1995, *apud* Port e Meinen, (2015)<sup>1</sup>. Em harmonia com conceito exposto observa-se uma forma de movimento socioeconômico, formado por pessoas com objetivos mais o menos parecidos, que através da união voluntária buscam o fortalecimento em conjunto para alcançar os seus propósitos, orientados por um conjunto de princípios que servem de base a um sistema econômico de cooperação representado, no Brasil, por 51,6 milhões de pessoas que são beneficiadas direta ou indiretamente pelo cooperativismo.

Seguindo o espírito de cooperação descortina-se o objeto de estudo as cooperativas de crédito, estas que, são:

“[...] uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Os cooperados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão, usufruindo de seus produtos e serviços” Bacen (2018).

No que tange aos objetivos das cooperativas de crédito, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) apregoa que, devem possuir um único objetivo: gerar soluções financeiras adequadas para cada perfil e de acordo as necessidades dos cooperados. A OCB ainda ressalta que, o interesse maior das cooperativas é trabalhar para a comunidade, dentro dos princípios éticos e com o intuito de viabilizar o acesso a produtos e serviços, com preços mais acessíveis e atendimento personalizado para melhor agrado dos seus associados, além de trazerem benefícios a sua localidade.

Segundo Souza (2008, p. 172), “Certamente a experiência cooperativista é relevante, tanto para as pequenas unidades de produção como para uma área geográfica onde ele (o sistema cooperativista) possa preponderar”. Ainda de acordo

---

<sup>1</sup> PORT, Márcio; MEINEM, ÊNIO. **Cooperativismo financeiro, percurso histórico, perspectivas e desafios:** de cooperativa de crédito a principal instituição financeira do associado e Book Kindle. Brasília: Editora Confabras, 2014. \*O e-book não se encontra paginado.

com esta ótica, (PORT E MEINEN, 2015)<sup>2</sup>, afirmam “[...] as cooperativas estão naturalmente vocacionadas para fazer o bem nos locais em que estão estabelecidas”.

No tocante ao aspecto social das cooperativas, essas têm os seus princípios fundamentados na economia solidaria. “[...] é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. (SINGER, 2002, p. 10). Assim, as cooperativas proporcionam o avanço econômico dos seus cooperados, onde dentro deste grupo torna-se mais fácil a mitigação dos riscos de crédito, beneficiando os associados com juros mais baixos e produtos e serviços com preços mais acessíveis, estratégia cooperativista para geração de riquezas.

Individualmente, os pobres se sentem expostos a todo tipo de perigos. O pertencer a um grupo dá-lhes uma espécie de segurança. O indivíduo sozinho tende a ser imprevisível e inseguro. Em um grupo, beneficia-se do apoio e da emulação de todos, sua conduta se torna mais regular e mais confiável em matéria de empréstimos. (YUNUS, *apud* SINGER, 2006, p. 80).

Outro ponto a ser levado em consideração é a distinção das sociedades cooperativas das demais instituições como apregoa Franke, Walmor (1973). A cooperativa possui um ponto diferencial característico e relevante a inserção dos associados, estes que, a procuram para se utilizar dos produtos e serviços oferecidos buscando melhorias no seu “status” econômico.

Ainda sobre está concepção “[...] na cooperativa prevalece o interesse do associado (usuário), enquanto que numa instituição financeira comum impera (unicamente) o interesse do ofertador dos serviços (dono do capital)”. (PORT, MEINEN, 2015)<sup>3</sup>.

Por muito tempo os critérios de ascensão estavam atrelados unicamente aos indicadores econômicos, porém, o conceito de desenvolvimento é muito mais amplo abrangendo outros fatores atrelados a qualidade de vida. Desse modo, passou-se a analisar a incidência no fator social, ambiental, cultural e outras diversas áreas. Tendo percebido que a evolução se traduz em trazer benefícios diversos ao corpo social. O cooperativismo de crédito poderia constituir-se em ideia-força com possibilidade de mobilizar governos locais e comunidade na busca da superação de problemas econômicos e sociais comuns, aliando a sua vocação como um processo de construção de cidadania, propiciando pela relação entre iguais (SOUZA, 2008, p. 205).

---

<sup>2-3</sup> Idem.

Neste contexto, por meio das cooperativas de crédito, os cooperados têm acesso a produtos e serviços mais exequíveis que geram soluções financeiras aos seus associados proporcionando a justiça social. A instituição financeira cooperativista também possui um atendimento mais humanizado, com maior interesse pela comunidade, se diferenciando dos bancos comerciais, tendo ocupado lugar de destaque frente ao Sistema Financeiro Nacional.

### **2.3. Origens do Cooperativismo.**

#### **2.3.1.1. No mundo**

Não se pode falar de cooperativismo financeiro, sem se mencionar os primórdios do próprio cooperativismo, as literaturas acerca deste tema apontam as suas origens a partir do marco histórico da revolução industrial na Inglaterra por volta de 1850, impulsionada pelo aumento do processo produtivo, mediante as descobertas, estas que possibilitaram a intensificação desses processos. Em meio a tais mudanças os operários da época passaram a serem explorados em jornadas que não tinham limite de horário e de trabalho exaustivo e, diante da necessidade de melhorias nas condições econômicas e sociais vivenciadas na época, surge a primeira cooperativa moderna, “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”, na cidade de Rochdale em Manchester (Inglaterra), em forma de agremiação de trabalho, com a união de 28 (vinte e oito) artesãos desempregados, que durante um ano economizaram uma libra para formar a sociedade. (SOUZA, 2008).

A primeira cooperativa do segmento de crédito logo não demoraria a surgir. Segundo Port e Meinen (2015)<sup>4</sup>. As primeiras cooperativas de crédito/financeiras tiveram Franz Herman Schulze como precursor, com a criação da primeira cooperativa de crédito urbana no ano de 1852, na cidade alemã de Delitzsch.

Em 1864, na Alemanha Friedrich Wilhelm Raiffeisen, criou no povoado de Weyerbusch/Westerwald a primeira associação de apoio para a população rural a “Heddesdorfer Darlehnskassenverein” (Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf), que condiria perfeitamente para modelar o cooperativismo financeiro de Raiffeisen tipicamente rural, que após um período inicial de baixa adesão teve grande aceitação e viria a se chamar Raiffeisenbank. Ainda hoje se encontra essas características nas cooperativas da Alemanha. O cooperativismo financeiro passou a se difundir em escala global a partir da Alemanha, disseminando pela Inglaterra,

---

<sup>4</sup> Idem.

Áustria, França, Holanda e Itália, onde surgiu o primeiro modelo de cooperativa de livre admissão no século XIX, modelo conhecido como Luzzatti, na Itália, na cidade de Milão, criado por Luigi Luzzatti em 1865, caracterizando-se pela livre admissão.

Nas Américas, o jornalista Alphonse Desjardins idealizou a constituição de uma cooperativa com características distintas, embora inspirada nos modelos preconizados por Raiffeisen, Schultze-Delitzsche e Luzzatti. “A primeira cooperativa criada por Desjardins foi na província canadense de Quebec, em 6 de dezembro de 1900. Esse tipo de cooperativa, que é conhecida hoje no Brasil como cooperativa de crédito mútuo”. (PINHEIRO, 2008, p. 24).

Em decorrência do amplo processo de expansão mundial das cooperativas, surgiu a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em 1985 em forma de organização não governamental que teve como função básica, preservar e defender os princípios cooperativistas e apoiar o desenvolvimento do cooperativismo mundial. A ACI tem a sua sede em Bruxelas, na Suíça e conta com mais de 230 organizações entre os seus membros, estando presente em 100 países, representando mais de 1 bilhão de pessoas em todo o mundo.

#### 2.3.1.2. No Brasil

As práticas cooperativistas no Brasil foram observadas desde a época do Brasil Colonial, período em que tais ações eram estimuladas por servidores públicos, profissionais liberais, operários e imigrantes europeus. Oficialmente, o movimento teve início em 1889, na cidade de Ouro Preto em Minas Gerais, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto fundada em 27 de outubro de 1889, na então capital da província de Minas, Ouro Preto, cujo foco era o consumo de produtos agrícolas. Posteriormente, o cooperativismo chega a outros estados como Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul, (OCB, 2018).

Com a fundação da primeira cooperativa de crédito das Américas em Quebec, no Canadá, constitui-se, no Estado do Rio Grande do Sul, na localidade de Linha Imperial, município de Nova Petrópolis, a primeira cooperativa do segmento crédito no Brasil, em 1902, esse movimento contou com a intensa participação agricultora que tiveram as suas bases no cooperativismo de crédito trazido da Europa pelo Padre, Suíço, Theodor Amstad, do tipo Raiffeisen, como sociedade de auxílio mútuo para atender às necessidades dos agricultores da região, com o fim de reter as poupanças das comunidades e transformá-las em benefício da sua própria extensão.

Nomeada como a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, posteriormente batizada de Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, depois rebatizada como Caixa Rural de Nova Petrópolis denominada Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis Ltda. – Sicredi Pioneira RS continua até hoje em atividade, com sede em Nova Petrópolis (RS).

Em 1906, foi constituída a primeira cooperativa de crédito do tipo Luzzatti no Brasil modelo de cooperativa de livre admissão, no município de Lajeado, no Estado do Rio Grande do Sul (RS), denominada Caixa Econômica de Empréstimo de Lajeado. Essa cooperativa continua em atividade, sob a denominação de Cooperativa de Crédito de Lajeado. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

Em setembro de 1912, formou-se provavelmente a primeira cooperativa central mista do ramo de crédito, a União das Cooperativas Riograndense de Responsabilidade Ltda. As filiadas dessa central eram cooperativas agrícolas.

As literaturas acerca do cooperativismo no Brasil, trazem registros da década de 20, na cidade do Rio de Janeiro, da fundação da Federação de Cooperativas de Crédito, a mesma teria organizado três congressos cooperativistas, em 1923, 1924 e 1925. A segunda central das cooperativas de crédito Brasileira surgiu em 1925, em Porto Alegre (RS), pela reunião de 18 cooperativas, a Central das Caixas Rurais da União Popular do Estado do Rio Grande do Sul, possuía 55 filiadas, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda, deliberou, em assembleia geral sua transformação em cooperativa singular a Cooperativa de Crédito Sul Riograndense Ltda. (BACEN, 2015).

### 2.3.1.3. Princípios Cooperativistas

Inspirados pelo momento da revolução industrial ocorrida na Inglaterra que originou a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale” baseado no seu Estatuto, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) ortografou, em 1995, os sete princípios os quais até hoje são os pilares do cooperativismo mundial, a saber:

- Adesão voluntária e livre

As cooperativas têm caráter voluntário, qualquer pessoa (física ou jurídica) pode se associar e ter acesso aos produtos e serviços oferecido, desde que o faça de forma voluntária e livre. Antes de iniciar um relacionamento com a instituição deve-se conhecer as diretrizes e políticas da cooperativa bem como, o seu estatuto buscando se harmonizar com as responsabilidades de ser um cooperado. “Este princípio tem a

ver imediatamente com os valores da liberdade e da igualdade”. (PORT e MEINEN, 2015)<sup>5</sup>.

“A incorporação desta diretriz pelo direito brasileiro manifesta-se na forma do art. 5º, XVII e XX, da Constituição Federal, e dos arts. 4º, I e IX, e 29, todos da Lei 5.764/71 (Lei Cooperativista)”. (PORT e MEINEN, 2015)<sup>6</sup>.

- **Gestão democrática e livre**

As cooperativas são instituições democráticas, quanto à sua governança é orientada por seus cooperados, que participam do processo de tomada de decisão. Os associados elegem os seus representantes através de votação, os sócios têm direitos iguais de voto (um sócio, um voto). Os associados possuem direito de votar e concorrer às eleições, sob condições apresentadas no estatuto da entidade.

“O princípio em questão dá vida aos valores da democracia, da igualdade, da transparência e da responsabilidade.” (PORT e MEINEN, 2015)<sup>7</sup>.

“Em nosso direito, vem acolhido especialmente pelo art. 4º, V e VI; art. 38, caput e §3º; 37, III, e art. 42, todos da Lei Cooperativista, e pelo art.1.094, V e VI, do Código Civil”. (PORT E MEINEN, 2015)<sup>8</sup>.

- **Participação econômica dos cooperados**

O Capital social das cooperativas são constituídos pelos capitais dos sócios, em contrapartida, os associados recebem uma remuneração de parte dos excedentes sobre a sua cota parte a cada final de exercício financeiro na proporção de suas operações com as cooperativas. Nos termos legais que regem as distribuições de sobras conforme disposto na Lei 5.764/71 (Lei das Cooperativas). O capital é restituível, nos casos de demissão, exclusão ou eliminação do sócio. A lei 5.764/71 limita a integralização do capital por parte dos associados, sendo que nenhum deles pode deter mais que um terço do capital total da cooperativa.

“A aplicação deste princípio torna efetivos os valores da responsabilidade e da solidariedade. Em sede regulatória, o princípio está contemplado notadamente nos arts. 3º e 4º, VII e VIII, da Lei Cooperativista, e no art. 1.094, VII e VIII, do Código Civil”. (PORT e MEINEN, 2015)<sup>9</sup>.

- **Autonomia e independência**

As cooperativas são entidades de pessoas e, qualquer negociação envolva a participação de indivíduos, entidades ou órgãos externos deve ser feito em termos que assegurem o controle democrático por parte dos associados.

---

<sup>5-9</sup> Idem

O princípio em questão refere-se aos valores da democracia, transparência e honestidade.

Em nosso marco regulatório, encontra eco no art. 5º, XVII e, especialmente, XVIII, da Constituição Federal, cujo inciso/dispositivo adverte: “*A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.*” Em sede de legislação infraconstitucional, a referência é o art. 4º da Lei Cooperativista, com ênfase ao seu inciso IX. (PORT E MEINEN 2015)<sup>10</sup>.

- Educação, formação e informação

As cooperativas possuem o papel social de promover a educação e formação dos seus sócios, colaboradores e representantes eleitos. De modo a difundir o conhecimento, divulgam os valores, princípios do cooperativismo e, ao público em geral, particularmente aos jovens e líderes de opinião, a natureza e os benefícios da cooperação, entre outras informações inerentes ao segmento da cooperativa.

“O princípio relaciona-se imediatamente com os valores da transparência e da responsabilidade, esclarecido, no entanto, que os programas/conteúdos que o levam à prática têm de ocupar-se de todos os valores”. (PORT e MEINEN, 2015)<sup>11</sup>.

No plano legal, este princípio vem considerado nos conteúdos dos arts. 4º, X, e 28, II, da Lei Cooperativista, e na Medida Provisória 1.715/98 (arts. 7º e 9º), bem como, quanto às cooperativas financeiras, na Lei 11.524/07 (art. 10), que assegura o recolhimento segregado de contribuição social, à razão de 2,5% sobre a folha de pagamento das cooperativas, ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), e a sua reversão para programas de aprendizagem aplicáveis nas entidades de origem. (PORT, MEINEN, 2015)<sup>12</sup>.

No segmento financeiro a integração entre sistemas cooperativos diferentes é aconselhável e passara a ser indispensável aos “negócios”, visando atender as demandas em larga escala fortalecendo o movimento cooperativo.

A intercooperação é uma das formas pelas quais se pratica o valor da solidariedade, já que é de interesse (na sua concepção mais nobre) de qualquer cooperativa que as entidades coirmãs do mesmo e de outros ramos se desenvolvam e se mantenham saudáveis. (PORT e MEINEN, 2015)<sup>13</sup>.

“Em nossa legislação, o princípio vem reafirmado na redação dos arts. 8º, parágrafo único, e 9º da Lei Cooperativista, assim como, tratando-se de cooperativas financeiras, na dicção do preâmbulo, e dos arts. 14, parágrafo único, e 15 da Lei Complementar 130/09”. (PORT E MEINEN, 2015)<sup>14</sup>.

- Interesse pela comunidade

---

<sup>10-14</sup> Idem.

O interesse maior das cooperativas é trabalhar para a comunidade, contribuindo para a sua prosperidade através de políticas aprovadas pelos cooperados. Apoiando projetos e soluções que sejam sustentáveis tanto do ponto de vista econômico, do mesmo modo que sob a vertente socioambiental.

É da natureza das cooperativas a condução ao progresso local, proporcionando melhorias na qualidade de vidas dos indivíduos. É importante ressaltar que os Bancos comerciais não possuem esse intuito colaborativo para com a população, cujos objetivos são pautados no que se refere é proporcionar a reposição de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazo, os três setores da economia (primário, secundário e terciário).

“O princípio associa-se diretamente ao valor da responsabilidade socioambiental”. (PORT e MEINEN, 2015)<sup>15</sup>.

“No direito positivo, a recepção dá-se pela combinação do art. 192 da Constituição Federal (cooperativas de crédito) com o arts. 3º e 4º, XI, da Lei Cooperativista, e ainda, especificamente no caso das cooperativas de crédito, com o art. 2º, §1º, da Lei Complementar 130/09”. (PORT, MEINEN, 2015)<sup>16</sup>.

As doutrinas cooperativistas possuem embasamentos amplos e significativos assentados na transparência e justiça social, por isso, as cooperativas têm desempenhado papel significativo para a inclusão sócio financeira no Brasil se expandindo cada vez mais, segundo a Aliança Cooperativa Internacional (Aliança Cooperativa Internacional), existem 2,6 milhões de cooperativas no mundo estimulando a sociedade a voltar seus olhos ao cooperativismo proporcionando conhecimento dos aspectos inerentes a essas entidades.

#### 2.3.1.4. Cooperativas Financeiras x Bancos Comerciais

As cooperativas de crédito são instituições financeiras não bancárias, no entanto, possuem a capacidade de oferecer produtos e serviços semelhantes a bancos comerciais, com diferencial na realização dos seus negócios disponibilizando preços e taxas de juros mais justas para os seus associados.

Associado é a pessoa física ou jurídica que possui relacionamento com a cooperativa em caráter de sócio, enquanto nos bancos os participantes tornam-se apenas clientes, ainda assim, boa parte da população ainda desconhece as vantagens do modelo cooperativo financeiro. E mesmo para os que já são cooperados, falta o

---

<sup>15-16</sup> Idem

entendimento dos propósitos desta entidade do terceiro setor, enquanto os bancos são uma sociedades de capital, ou seja, visam o capital, quem proporcionar mais lucro tem mais poder, já a cooperativa é uma entidade formada de pessoas sem fins lucrativos, por isso, tem uma preocupação maior com estes componentes, com um atendimento humanizado e mais atencioso.

Os Bancos são instituições financeiras, sendo estas, por definição legal, as pessoas jurídicas públicas ou privadas que objetivam proporcionar os recursos financeiros, a curto e a médio prazo, captando recursos dos agentes superavitários (remunerando o capital dos mesmos) e transferindo para os agentes deficitários (a uma taxa de juros maior que a remuneração deste capital). A captação de depósitos à vista, tendo total autonomia para alocação destes, é atividade primordial dos bancos comerciais, os quais também podem captar depósitos a prazo. Deve ser constituído sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão "Banco". (RESOLUÇÃO CMN 2.099, 1994).

A cooperativa desenvolve-se através de ação mútua, seus participantes são parte da tomada de decisão, além de receberem percentuais referentes às sobras que incrementam a cada exercício a sua conta capital, ao associar-se a cooperativa o cooperado adquire cotas na instituição. O valor dessas cotas é depositado na chamada "conta capital", esta é uma conta individual aberta em nome da pessoa física ou jurídica, os valores destas contas compõem o capital social da cooperativa. Os associados ainda possuem Fundo Garantidor do Cooperativismo, que "é uma associação, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos nas cooperativas singulares de crédito e nos bancos cooperativos (Bancoob e Banco Sicredi)" segundo o Banco Central do Brasil, garantindo a cada usuário depósitos de até duzentos e cinquenta mil reais (R\$ 250.000,00).

O quadro 1, a seguir, explicita de maneira mais abrangente a relação bancos versus cooperativas financeiras.

#### **Quadro 1 – Diferenças entre Bancos e Instituições Financeiras Cooperativas**

<b>Diferenças entre bancos e instituições financeiras cooperativas</b>	
<b>Bancos</b>	<b>Instituições financeiras cooperativas</b>
a) São sociedade de capital.	a) São sociedade de pessoas.
b) O poder é exercido na proporção do número de ações.	b) O voto tem peso igual para todos (uma pessoa, um voto).

c) As deliberações são concentradas.	c) As decisões são compartilhadas entre muitos.
d) Os administradores são terceiros (homens do mercado).	d) Os administradores líderes são do meio (associados).
e) O usuário das operações é mero cliente.	e) O usuário é o próprio dono (cooperado).
f) O usuário não exerce qualquer influência na definição dos produtos e na sua precificação.	f) Toda política operacional é decidida pelos próprios usuário/donos (associado).
g) Podem tratar distintamente cada usuário.	g) Não podem distinguir: o que vale um, vale para todos (art. 37 da lei nº 5.764/71).
h) Preferem o público de maior renda e as maiores corporações.	h) Não discriminam servindo a todos públicos.
i) Priorizam os grandes centros (embora não tenham limitação geográfica).	i) Não restringem, tendo forte atuação nas comunidades, mais remotas.
j) Tem propósitos mercantilista.	j) A atividade mercantil não é cogitada (art.º 76, parágrafo único da lei nº 5.764/71).
k) A remuneração das operações e dos serviços não tem parâmetro limite.	k) Os preços das operações e dos serviços tem como parâmetros a necessidade de reinvestimento.
l) Atendem em massa, priorizando, ademais, o autosserviço.	l) O relacionamento é personalizado/individual, com apoio da informática.
m) Não tem vínculo com a comunidade e o público alvo.	m) Estão comprometidas com as comunidades e os usuários.
n) Avançam pela competição.	n) Desenvolvem-se pela cooperação.
o) Visam ao lucro por excelência.	o) O lucro está fora do eu objeto, pela sua natureza, seja por

	determinação legal (art. 37 da lei nº 5.764/71).
p) O resultado é de poucos donos (nada é dividido com os clientes).	p) O excedente (sobras) é distribuído entre todos (usuários), na proporção das operações individuais, reduzindo ainda mais o preço final pago pelos cooperados e aumentando a remuneração de seus investimentos.
q) No plano societário são regulados pela lei das Sociedades Anônimas.	q) Não reguladas pela lei a cooperativista e por legislação própria (especialmente pela Lei complementar 130/2009).

Fonte: (PORT e MEINEN, 2015)<sup>17</sup>.

Em harmonia com as informações supramencionadas, pode-se compreender as distinções, desde que, analisadas levando-se em consideração o objetivo das cooperativas em gerar soluções financeiras adequadas para cada perfil e de acordo as necessidades dos cooperados. Por se tratar de uma sociedade de pessoas, o poder de decisão está diretamente ligado à participação dos sócios, não ocorrendo o mesmo com os bancos comerciais, já que os indivíduos se tornam apenas clientes, onde o nível de interesse dessas instituições é medido pelo seu capital.

“A apreciação comparativa dos modelos organizacionais não deixa dúvida: cooperativa financeira não é banco e com banco não se confunde”. (PORT e MEINEN, 2015)<sup>18</sup>. Verifica-se a importância do saber das comunidades a respeito das cooperativas financeiras, estas que são prejudicadas por serem igualadas aos bancos comerciais; passando a visualizá-las como forma alternativa de recursos que proporciona a cada usuário a possibilidade de alcançar seus “*status*” de qualidade de vida desejado, além de que as poupanças retidas em sua localidade é reinvestida na região formando um ciclo que contribui diretamente para o amadurecimento local de maneira sustentável, sob a forma de cooperação e solidariedade.

#### 2.3.1.5. Caracterização do Município de Itaberaba (BA)

A figura 2, logo abaixo, refere-se ao mapa geográfico de Itaberaba (BA):

<sup>17-18</sup> Idem.

**Figura 2 – Localização da cidade de Itaberaba**



**Fonte:** Google Maps 2018.

A cidade de Itaberaba (BA), localizada no Território Piemonte do Paraguaçu, no centro leste do Estado da Bahia, às margens da BR 242 (Salvador/ Brasília), possuindo uma população de 61.631 (sessenta e um mil seiscentos e trinta e um habitantes), segundo dados do censo 2010 (IBGE 2010).

O nome da cidade em tela, literalmente, na língua indígena, significa pedra reluzente, ou pedra que brilha, é proveniente de uma pedra que está situada a 25 km da cidade e ergue-se majestosamente no meio do vale, destacando-se assim para se originar o nome da cidade.

No que tange à origem e a história da cidade, de acordo com o registrado no Portal da Prefeitura de Itaberaba (BA), na época do Descobrimento do Brasil, as terras que hoje pertencem ao município de Itaberaba (BA) já eram habitadas pelo grupo indígena dos Maracás. Após esse período, a região que hoje incorpora o município, integrou a Capitania de Todos os Santos (1535-1548) e devido à concessão de sesmarias às áreas abastadas foram parar em mãos do Sr. João Peixoto Veigas em 1655. Por volta de cem anos (100) depois o Capitão Manoel Rodrigues Cajado, transformou essas terras na fazenda São Simão por volta de 1768, esta que foi vendida a Antônio de Figueiredo Mascarenhas, em 1806, onde foi construída na parte central uma capela consagrada como Nossa Senhora do Rosário. A população da época se aglomerou ao redor da capela e, em 1877, o município promoveu-se a categoria de Vila do Orobó, com a primeira Câmara instalada em 26 de março de 1877, com esta Câmara instalada, a vila ganhou autonomia político - administrativa, assumindo a função executiva e legislativa. Na data de 26 de março de 1897, vinte

anos depois de emancipada politicamente, foi elevada, por meio da Lei Estadual nº 176, a categoria de cidade de Itaberaba (BA). O primeiro administrador da cidade, foi o Capitão Joaquim Pereira Mascarenhas, chamado intendente.

A cidade é considerada um dos principais centros regionais da Bahia, oferecendo produtos e serviços para trinta e sete (37) municípios da região. Possui uma infraestrutura que pode ser explorada para dar maior suporte a riqueza e a evolução da cidade visto que, Itaberaba (BA) é um ponto de suporte e polo de extensão, por isso, é considerada o Portal da Chapada Diamantina. (ITABERABA.NET, 2017).

Em relação aos ramos da economia que possuem maior representatividade no município, primeiro temos às atividades do setor secundário os segmentos que possuem maior representatividade são, móveis; calçados e alimentos. O município possui a agricultura forte, marcada pelo título de maior produtor de abacaxis do estado e o quarto (4º) maior do Brasil; também é considerada mundialmente como a terra do abacaxi; em seguida vem a atividade agropecuária e prestação de serviços. SECOM de Itaberaba (2017).

Hoje a administração é feita pelo Executivo Municipal, composto pelo atual prefeito Ricardo dos Anjos Mascarenhas e a vice Maria José Santos Novais e seus secretários, que estão no seu primeiro mandato.

## **2.4. Desenvolvimento endógeno**

### **2.4.1. Desenvolvimento local e sua relação com o cooperativismo**

O desenvolvimento local é fortalecido através da participação dos agentes da localidade, segundo a temática deste artigo, a cooperativa de crédito foi a protagonista do cenário da expansão econômica local, analisando sua atuação continua em prol da melhoria da qualidade de vida dos habitantes do município de Itaberaba (BA).

Em relação a este contexto Souza (2008, p. 203), orienta, “Certamente a experiência cooperativista é relevante, tanto para as pequenas unidades de produção bem como, para uma área geográfica onde ele (o sistema cooperativista) possa preponderar”. Em complemento a este pensamento, na perspectiva de desenvolvimento local, este proporciona melhoria, sustentada pela retenção de poupança local, e os recursos obtidos são alocados em baixos e pequenos negócios com maior grau de identidade com o município, a região, estimulando a economia local. (FELTRIM, VENTURA e DODL, 2009).

Abordar o crescimento local implica entender o seu conceito e Franco *apud* Morais (2014, p. 7) trata muito bem desta questão e agrega o termo sustentável ao conceito.

[...] desenvolvimento local integrado e sustentado é um novo modo de promover o desenvolvimento, que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, além de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais.

Observa-se a relação do desenvolvimento local integrado ao conceito de sustentabilidade, visto que a junção destes tópicos influencia diretamente no amadurecimento das comunidades potencializando seus pontos fortes e proporcionando aumento das condições de saúde, renda e educação.

Ressaltando que as cooperativas de crédito possuem incorporados a sua doutrina a relação direta com a localidade, trabalhando para a comunidade e proporcionando aos indivíduos a possibilidade de alcançar seus “status” de qualidade de vida desejado, além de que, as poupanças retidas em sua localidade são reinvestidas na região formando um ciclo que contribui diretamente para o desenvolvimento local de maneira sustentável sob a forma de cooperação e solidariedade, visualiza-se uma relação direta entre o progresso local integrado e crescimento sustentável e os princípios cooperativistas, mais especificamente o sétimo princípio, interesse pela comunidade.

“As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros”. (PORT e MEINEN, 2015)<sup>19</sup>.

Partindo desta vertente há espaço para análise da relação entre o princípio da intercooperação e o desenvolvimento endógeno.

Surge a ideia do desenvolvimento endógeno, segundo a qual o sistema produtivo dos países se expande e se transforma pela utilização do potencial de desenvolvimento existente no território (nas regiões e cidades), mediante os investimentos realizados por empresas e agentes públicos e sob o crescente controle da comunidade local. (BELLINGIERI, 2017).

A relação do desenvolvimento endógeno (nas regiões e cidades) necessita diretamente da participação dos atores econômicos locais (Pessoas físicas, pessoas

---

<sup>19</sup> Idem.

jurídicas, associações cooperativas, instituições públicas) que têm interesse em desenvolver estratégias e criar programas e projetos sociais e econômicos que propagem o desenvolvimento econômico local, e, de mesmo modo, as cooperativas precisam se apoiar e trabalhar juntamente com os órgãos locais, nacionais e internacionais, para fortalecer o movimento cooperativo. Percebe-se a relação mútua entre as cooperativas e os agentes econômicos (princípio da intercooperação) os agentes e as cooperativas (desenvolvimento endógeno).

Após a inserção do conceito de desenvolvimento endógeno abandonou-se o modelo clássico de expansão econômica utilizado até o fim do século XIX, este que media o crescimento econômico considerando apenas o desenvolvimento a nível nacional em análise a renda *per capita*.

Com a convergência do modelo de desenvolvimento regional, como sugere Boisier (1988), de “organização social regional” ou, como o define Schmitz (1997), de “ação coletiva”, caracterizado pelo crescimento das decisões autônomas por parte dos protagonistas locais; ampliação que coloca nas mãos desses o destino da economia local ou regional. Com essa mudança passou-se a observar a parcela de influência das localidades na expansão econômica nacional. (DO AMARAL FILHO, 2009).

Evidenciando que o crescimento econômico está atrelado a qualidade de vida da população, quanto maior forem as oportunidades da localidade mais chances haverá de crescimento, pensando nisto o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da ONU, adotou três indicadores, renda, saúde e educação para abranger melhor os pontos que influenciam a acessão para formular o IDH, estes serão tratados mais amplamente, na próxima seção.

#### 2.4.2. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Desenvolvimento Pessoal é o processo de expansão da autonomia dos indivíduos, atrelados as suas competências e oportunidades, proporcionando poder de decisão sobre seu estilo de vida. O processo de ampliação da liberdade engloba as dinâmicas, econômicas, sociais, políticas, e ambientais indispensáveis para garantir maiores oportunidades para as pessoas, bem como, o ambiente benéfico para que cada um explore seu potencial.

Assim, o IDH foi o primeiro índice a trazer um olhar para outras dimensões que não somente a categoria econômica; isto ocorreu pela primeira vez, em 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esse indicador foi criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, e com a colaboração do

economista Amartya Sen. O crescimento econômico de uma sociedade tem ligação direta em qualidade de vida, é preciso que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades, concomitantemente com o princípio da isonomia, para que haja educação de qualidades para todos, saúde, oportunidade de emprego, participação democrática nas decisões políticas do país, como apregoa o Atlas de Desenvolvimento Humano.

De acordo com dados do *site* Brasil Escola (2018), os países com o IDH mais elevado no ano de 2017 foram: Noruega (0,949), Austrália (0,939), Suíça (0,939), Alemanha (0,926) e Dinamarca (0,925).

O IDH é uma medida que expressa o desenvolvimento humano, dividindo-se em três dimensões “[...] mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável - saúde -, de ter acesso ao conhecimento – educação - e de poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda”, tudo conforme disposto no Atlas de Desenvolvimento Humano.

No tocante à educação, analisa-se a média do nível de escolaridade da população, estabelecendo a relação de quão mais elevado for o nível de conhecimento, mais chances a localidade alvo do estudo tem de progredir. De mesmo modo, tem-se a análise inversamente proporcional. A averiguação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), educação possibilita subsídios para mudanças ou a maximização do posicionamento dos gestores a respeito das estratégias adotadas para melhorias no campo educacional.

O poder aquisitivo também é essencial a qualquer indivíduo para sanar as suas necessidades básicas, além de proporcionar a expansão das oportunidades para melhoria de vida. No que concerne à dimensão renda, considera-se a renda *per capita* da população para análise do IDH-M Renda.

Ter uma vida saudável e longa é sinônimo de um ambiente saudável com acesso à saúde e padrão mais elevados de saúde física e mental, seguindo esta ótica, no quesito saúde, evidencia-se a taxa de expectativa de vida da população, considerando que, quanto maior a expectativa de vida, melhor é a condição de vida desta população.

### **3 TRILHA METODOLÓGICA**

No que concerne à metodologia, o estudo teve a seguinte configuração: método dedutivo, objetivando explicar o conteúdo das premissas através de uma cadeia de raciocínio partindo do mais abrangente seguindo para o mais específico, averiguando

os índices do município de Itaberaba (BA) e cidades circunvizinhas. Esta combinação teve a baliza de expoentes, a exemplo Gil (2008) e Prodanov, Freitas (2013).

Em relação à tipologia quanto aos objetivos do estudo, a pesquisa teve enquadramento exploratório, com contornos descritivos, a partir das orientações de Gil (2008) e Marconi e Lakatos (2000).

No que concerne à natureza da abordagem, o trabalho foi de caráter qualitativo, com dégradés quantitativos. As variáveis qualitativas estudam a relação dos fatos, não numéricos. Fachin (2005), e no que tange a natureza quantitativa é determinada pela informação numérica. Fachin (2005)

No tocante à natureza da exposição do objeto investigativo, o estudo situou-se na perspectiva teórico-documental, considerando-se relatórios do IBGE e do Banco Central do Brasil.

Enquanto fontes bibliográficas, utilizou-se de livros e periódicos; no que concerne à pesquisa documental, recorreu-se aos relatórios constante do parágrafo precedente, entre outros; e, em relação às fontes eletrônicas, buscou-se, fundamentalmente, conteúdos dispostos em *sites* fidedignos.

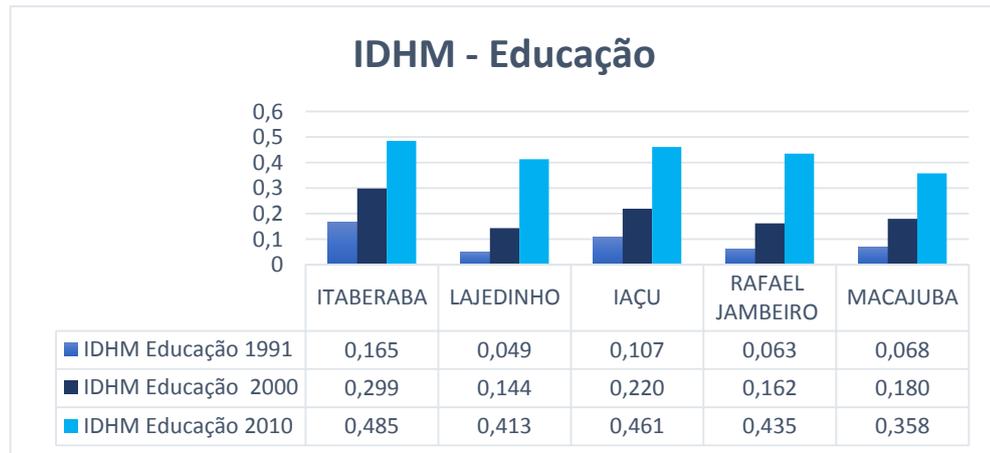
#### **4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

Neste capítulo foram trazidas em gráficos e dados numéricos, com o propósito de ilustrar e expressar visualmente, as informações resultantes da pesquisa documental, seguidos de análise e interpretação da autora desta monografia, discriminadas na página seguinte.

Ao comparar o ritmo de crescimento dos cinco municípios, constata-se que o IDM-M de 2010 aponta crescimento contínuo, podendo-se inferir que há uma significativa melhoria na qualidade de vida da população, dando-se maior destaque para o município de Itaberaba (BA), dentre os demais, alcançando-se 0,485, o qual, conforme a classificação da faixa de desenvolvimento individual municipal, está classificado como muito baixo (Entre 0,000 e 0,499). Mesmo estando em nível muito baixo de crescimento, a situação de Itaberaba (BA) se sobressai em comparação aos demais municípios estudados.

À medida que se explorou os dados fornecidos pelo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, verificou-se que os índices apontam o IDHM Educacional (IDHM-E) situando-se na faixa média, conforme gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 – IDHM-E



**Fonte:** Elaborada pela autora, adaptada de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

É notável o crescimento de todos os municípios analisados desde 1991. Deste grupo, a cidade de Itaberaba (BA) destaca-se com 0,165 naquele ano. Elucidando-se que o referido índice já era maior que os outros municípios em 1991, chegando a 0,485, no ano de 2010. A dimensão cujo índice mais cresceu, em termos absolutos, foi Educação (com crescimento de 0,320).

Para além dos dados constantes no gráfico supramencionado, o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2013), aponta que entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram continuamente: estudantes com faixa etária 5 a 6 anos na escola cresceu em 52,31 pontos percentuais; alunos matriculados com faixa etária entre 11 a 13 anos que frequentam o segundo ciclo do ensino fundamental teve um aumento correspondente à 48,42 pontos percentuais; 15 a 17 anos com ensino fundamental completo atingiu o patamar de 26,29 pontos percentuais; e, a quantidade de jovens entre 18 e 20 anos, com ensino médio completo chegou a 15,85 pontos percentuais no ano de 2010.

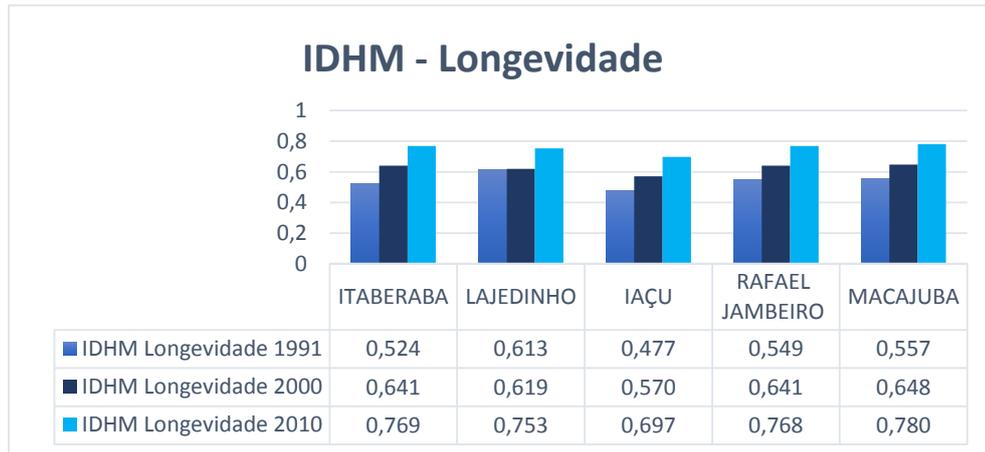
Em Itaberaba (BA) encontram-se as principais instituições de ensino fundamental, médio e superior da região, com destaque para a Universidade do Estado da Bahia que disponibiliza cursos de graduação abrangendo toda a região, incluindo os municípios de Baixa Grande, Rafael Jambeiro, Marcionílio de Souza, Boa Vista e entre outras cidades circunvizinhas.

Os empenhos de cada município em direção às melhorias no campo da educação são notáveis, já que em 2000 todos os cinco municípios estavam categorizados como IDHM-E muito baixo, Itaberaba (BA) com 0,299, à época ficou um

pouco à frente das outras localidades estudadas. Saliente-se, contudo, em 2010, todos ficaram no IDHM-E com baixa evolução humana em educação, mas ainda assim, Itaberaba (BA), destacou-se dos demais municípios estudados.

O gráfico 2, a seguir, traz os dados referentes aos IDHM-L:

**Gráfico 2 – IDHM-L**



**Fonte:** Elaborada pela autora, adaptada de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

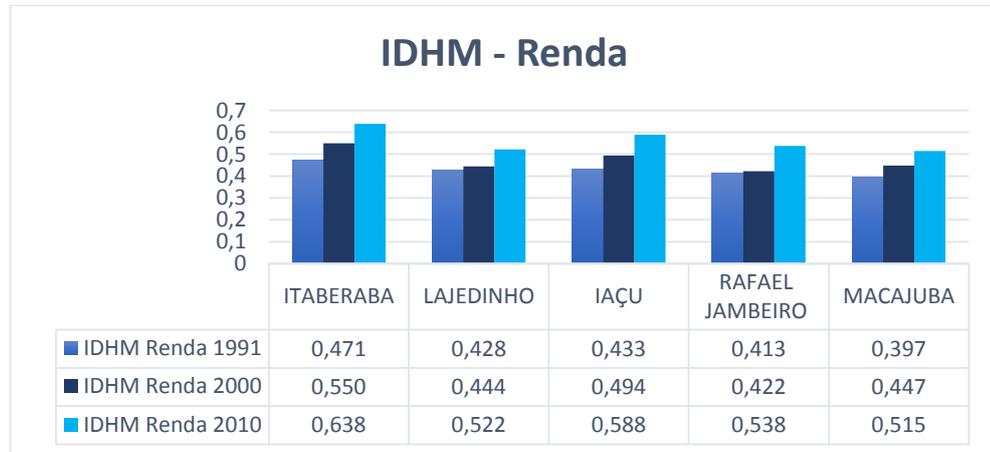
Referenciando a gráfico 2, observa-se que houve melhorias significativas em cada localidade, sendo que Itaberaba (BA) passou do nível baixo para o nível médio, segunda faixa do IDHM-L. Iaçu levou destaque pela transição de muito baixo para índice médio. Macajuba de 0,557 para 0,780 crescimento de baixo índice para alto quase alcançando a marca de muito alto. E os demais de baixo/médio para IDHM-L alto. O referido gráfico apresenta os dados de 1991-2010, concernentes ao IDHM Longevidade (IDHM-L).

No IDHM-L, a variável é a esperança de vida ao nascer, o qual implica nas condições de saúde da população local, moradia, saneamento básico, criminalidade entre outros fatores. “No município de Itaberaba (BA), a esperança de vida ao nascer cresceu 7,7 anos na última década, passando de 63,5 anos, em 2000, para 71,1 anos, em 2010. Em 1991, era de 56,4 anos” (Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013).

O aspecto do ganho sempre foi levado em consideração para se verificar o desenvolvimento, até meados do século XX, era a única variável analisada para indicar a evolução econômica, a qual era medido apenas a nível nacional, o que mudou após algumas teorias econômicas e criação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O índice renda das localidades em estudo no

período 1991-2010 está apresentado no Gráfico 3, a seguir:

**Gráfico 3 – IDHM-Renda**

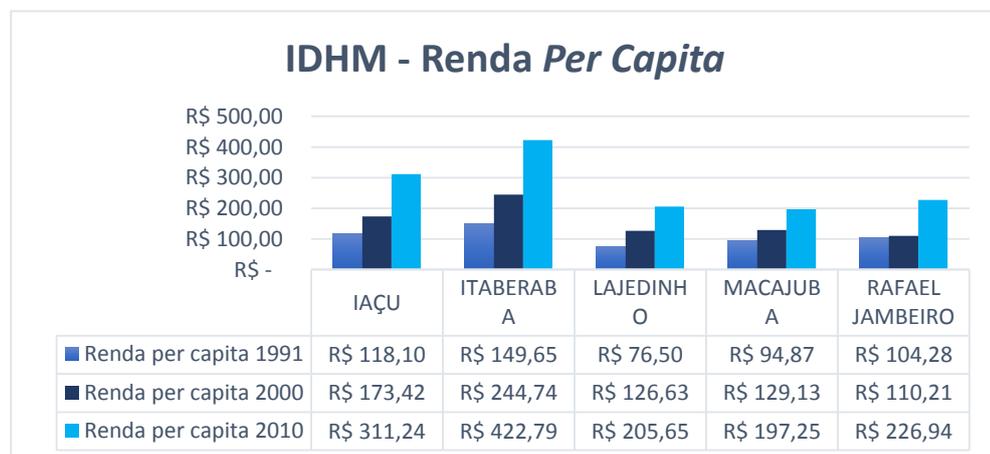


**Fonte:** Elaborada pela autora, adaptada de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Observa-se que não existem considerações a serem realizadas muito diferentes das anteriores, já que existiu crescimento nos índices de desempenho de cada um dos municípios, no que concerne ao IDHM-Renda, Itaberaba (BA) foi a única localidade que passou de índice muito baixo transgredindo para médio de 1991-2010, evolução significativa, passando de IDHM-Renda de 0,471, em 1991, a 0,638, em 2010 (crescimento de 0,167), já as demais regiões alteraram-se de muito baixo para IDHM-Renda baixo. Neste índice houve poucas mudanças acerca da arrecadação média dos residentes dos municípios abordados.

Corroborando com os dados supramencionados, nota-se também escassas melhorias quando se analisa a renda *per capita* indicado no gráfico 4, na página seguinte:

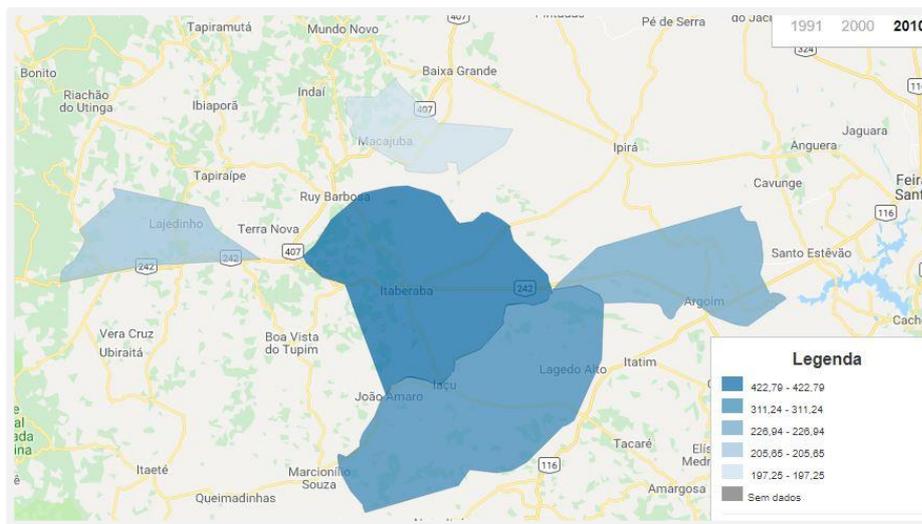
**Gráfico 4 – Renda Per Capita**



**Fonte:** Elaborada pela autora, adaptada de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Observando-se os dados da renda *per capita* é possível notar uma grande semelhança ao IDHM-Renda, progresso maior no município de Itaberaba (BA), entre 1991-2010, ainda se encontram disparidades entre o menor e o maior faturamento, fato que também pode ser visualizado na Figura 3.

**Figura 3 - Mapa dos Municípios constituição da Renda per capita**

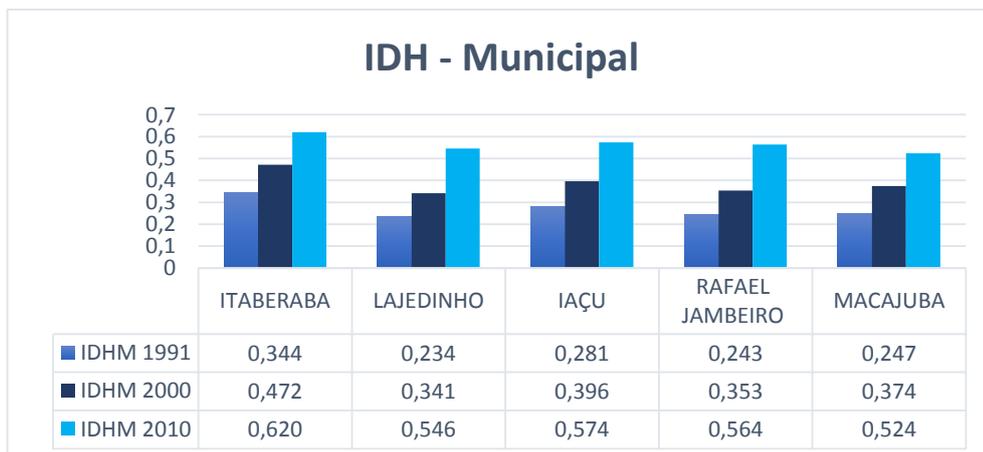


**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Por outro lado, a renda *per capita* no Brasil em 2010, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano (2013) foi de R\$ 793,87 e no Estado da Bahia de R\$ 496,73. Desta forma, todos os cinco municípios possuem proventos abaixo da média brasileira e apenas Itaberaba (BA) se próxima da estadual.

O gráfico 5, apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM):

**Gráfico 5 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**



**Fonte:** Elaborada pela autora, adaptada de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Na perspectiva do IDH Global do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) 2014, as três dimensões que são educação, longevidade e renda, estas têm o mesmo peso, e as faixas de desenvolvimento humano são fixas, sendo: baixo desenvolvimento humano menor que 0,550, médio entre 0,550 e 0,699, alto entre 0,700 e 0,799 e muito alto acima de 0,800, tudo de acordo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2013). Tendo ciências destas informações em análise ao Gráfico 1, é evidente maior crescimento em números na cronologia do município de Itaberaba (BA), no entanto, no concernente ao IDH-M composto pelas três dimensões longevidade, educação e renda, a cidade de Itaberaba (BA) classificou-se no IDH-M muito baixo em 1991, progredindo para baixo no período de 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa da Bahia progrediu de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 80,23% para o município e 47% para o Estado; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 57,93% para o município e 53,85% para a Bahia. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – Itaberaba, em 2010, é 0,620, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio, observando avanço significativo ao longo dos anos, a dimensão que mais contribui para o IDHM da cidade é a Longevidade, com índice de 0,769, seguida de Renda, com índice de 0,638, e de Educação, com índice de 0,485.

## **5 CONCLUSÃO**

O cooperativismo é apontado como uma alternativa ímpar aos regimes capitalista e socialista e por esta razão, serve como coautor a ambos, a proporção que se exige uma vertente mais comunitária ou financeira, demonstrando-se uma alternativa para superação das desigualdades socioeconômicas que configuram as sociedades.

No estudo em tela, buscou-se averiguar a influência da cooperativa de crédito, sociedade de pessoas sem fins lucrativos no município de Itaberaba (BA) e na região circunvizinha, baseando-se nas variações do índice de desenvolvimento humano (IDH). Por conseguinte, objetivando alicerçar a temática, apresentou-se o conceito de cooperativismo e a inserção do ramo de crédito no Brasil.

Mais adiante, versou-se a respeito dos seus princípios, seguido da abordagem relativa à diferença entre cooperativas de crédito e os bancos comerciais. Logo após,

correlacionou-se o desenvolvimento local e o cooperativismo para em seguida, discutir-se acerca do Índice de Desenvolvimento Humano, além de debruçar-se acerca do contexto Itaberabense.

Na sequência supramencionada extraiu-se que as cooperativas de crédito no Brasil prosperaram na esteira da crise econômica brasileira, ressaltando que 51,6 milhões de pessoas foram favorecidas direta ou indiretamente pela atividade cooperativista.

O histórico das origens do cooperativismo mundial, difundido no calor da revolução industrial, fundado pelos Pioneiros de Rochdale expandindo-se pelo mundo, chegando ao território brasileiro em 1889, no entanto, o segmento crédito se firmou somente em 1902, com o auxílio de Theodor Amstad.

Em relação aos princípios cooperativistas, a partir do Estatuto da “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”, constatou-se que os referidos princípios são de grande importância para a compreensão da essência cooperativista.

Percebeu-se que as cooperativas financeiras se adequam a cada perfil e de acordo as necessidades dos cooperados, diferentemente dos bancos os quais visam primordialmente o lucro. Constatou-se que na sociedade de pessoas, o poder de decisão está diretamente ligado a participação dos sócios, enquanto que nos bancos comerciais, os indivíduos se tornam tão somente clientes, onde o nível de interesse dessas corporações é medido pelo seu capital.

Caracterizou-se o município de Itaberaba (BA), apresentando seus aspectos históricos, demográficos e de infraestrutura, objetivando-se a contextualização do alvo desta pesquisa.

Constatou-se que existe relação entre desenvolvimento local e cooperativismo, visto que, ambos são fortalecidos através da participação dos agentes da localidade, tudo em sintonia com os princípios estabelecidos no cooperativismo, agregados ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual se tornou o primeiro índice a trazer um olhar para outras dimensões que não somente a categoria financeira.

Os dados estatísticos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística serviram de lastro para elucidação da problemática, evidenciando-se a participação ativa da cooperativa no desenvolvimento do município de Itaberaba (BA), em análise cronológica de 1991 a 2010, seguindo as três dimensões estabelecidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Em virtude do que foi mencionado, nada obstante alguns empecilhos se deram pela ausência de uma pesquisa empírica, a qual, após minuciosamente explorada nas suas particularidades, poderia ter trazido percepções, propiciando novas contribuições a esta investigação. Apesar de tratar-se de tema complexo, o desenvolvimento do estudo permitiu que os resultados fossem atingidos a contento. Para tanto, desvendou-se a temática de forma direta, a procura de informações que servissem de lastro para que o trabalho contribuísse de forma esclarecedora e convincente à comunidade acadêmica, como possíveis reverberações para a comunidade Itaberabense.

Ante o exposto, entende-se que o problema investigativo foi elucidado, ao constatar que as cooperativas são relevantes ao desenvolvimento econômico endógeno, gerando soluções financeiras, além de serem responsabilmente sociais, em especial, na cidade de Itaberaba, onde evidenciou-se o crescimento ao longo da série estudada, comprovando o papel socioeconômico da cooperativa de crédito como fomentadora da economia local.

Para atingir o objetivo geral do trabalho, descortinou-se os principais fatores que incidem sobre o desenvolvimento econômico, tudo de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano: “[...] mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável - saúde -, de ter acesso ao conhecimento – educação - e de poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda”.

No tocante aos objetivos específicos, compreendeu-se o cooperativismo de crédito, ao apresentar o seu conceito de forma detalhada, exibindo as suas principais características além disso, identificou-se as suas origens e seus princípios, ao tempo apurou-se o desenvolvimento endógeno, em razão da visão de alguns autores.

O presente trabalho demonstra que o cooperativismo financeiro é uma alternativa promissora ao desenvolvimento local, proporcionando a inclusão socioeconômica e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos Itaberabenses, fato esse, evidenciado mediante a análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Nessa perspectiva é importante levar em consideração os atores sociais locais (Comércio, agentes políticos, a comunidade, organizações sem fins lucrativos e etc.), que trabalham diretamente em conjunto para fomentar a economia local, através da implementação de programas e projetos com a intenção de desenvolvimento econômico municipal. Deste modo, é perceptível a necessidade de

lideranças competentes e habilitadas a estimular à cidadania a criar laços com os agentes sociais locais a fim de detectar as ameaças e as oportunidades ao desenvolvimento local.

De modo geral, e se tratando de um olhar crítico da pesquisadora, os resultados obtidos neste trabalho remetem para a reversão da exclusão social e econômica, revelando o cooperativismo de crédito como alternativa para mitigar as diferenças socioeconômicas e/ou aumentar a qualidade de vida dos indivíduos, o que reflete diretamente no território onde habitam.

Dada à importância do assunto, torna-se imprescindível que, diante dos argumentos apresentados, incentive-se aos iniciantes pesquisadores, na busca de novos rumos mediante estudos de coleta de dados, com ênfase na análise do tema apresentado com foco nos números dos índices de desenvolvimento humano municipal (IDH-M), nas regiões onde atuam não somente as cooperativas de crédito, mas, outros ramos cooperativos, devido à falta de maiores esclarecimentos de alguns indivíduos acerca das doutrinas cooperativas, que se chegue a um desfecho para esse tema tão deleitável, de maneira a transformar o pensamento da sociedade.

## REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **FAQ - Fundo Garantidor do Cooperativismo (FGCoop)**. Brasília: Banco Central do Brasil. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/fgcoop\\_faq.asp](https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/fgcoop_faq.asp). Acesso em: 20 set. 2018.
- \_\_\_\_\_. **História do Cooperativismo de Crédito no Brasil**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2015. Disponível em: <[https://www.passeidireto.com/arquivo/11139348/manual\\_de\\_metodologia\\_cientifica\\_-\\_prof\\_maxwell](https://www.passeidireto.com/arquivo/11139348/manual_de_metodologia_cientifica_-_prof_maxwell)>. Acesso em: 08 out. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de inclusão financeira**. 3ª. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2015. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2015.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Resolução CMN nº.2099**. Aprova regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente ao acesso ao Sistema Financeiro Nacional, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, à instalação de dependências e à obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível ao grau de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Brasília: Banco Central do Brasil, 1994. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1994/pdf/res\\_2099\\_v21\\_L.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1994/pdf/res_2099_v21_L.pdf). Acesso em: 19 out. 2018.
- BELL, J. **Como realizar um projeto de investigação**. 3ª. ed. Lisboa: Gradiva, 2004. Disponível em:< <https://soclogos.files.wordpress.com/2014/09/como-realizar-um-p-de-investigac3a7ao-bell.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- BENTO, António. Investigação quantitativa e qualitativa: Dicotomia ou complementaridade. **Revista JA (Associação Académica da Universidade da Madeira)**, v. 64, n. 7, 2012. Disponível em: <<http://www3.uma.pt/bento/Repositorio/Investigacaoqualequan.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- BELLINGIERI, Julio Cesar. **Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica**. RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 2, n. 37, 2017.
- BRASIL, LEI Nº. 5.764. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, v. 16, 1971. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5764.htm)>. Acesso em: 13 maio 2018.
- DO AMARAL FILHO, Jair. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. Planejamento e políticas públicas, n. 23, 2009.
- FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- FANTINATO, Marcelo. **Métodos de Pesquisa**. São Paulo: USP, 2015. Disponível em: <

<http://each.uspnet.usp.br/sarajane/wpcontent/uploads/2015/09/M%C3%A9todos-de-Pesquisa.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; VON BOROWSKI DODL, Alessandra. **Projeto inclusão financeira: perspectiva e desafios para inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/livro\\_inclusao\\_financeira\\_2009.pdf](https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/livro_inclusao_financeira_2009.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. [Apostila] Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <[http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila\\_-\\_METODOLOGIA\\_DA\\_PESQUISA%281%29.pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila_-_METODOLOGIA_DA_PESQUISA%281%29.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2018.

FRANKE, Walmor. **Direito das sociedades cooperativas: direito cooperativo**. São Paulo: Saraiva, Edição da Universidade de São Paulo, 1973. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003057.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <[em:https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf](https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf)>. Acesso em: 14 maio 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itaberaba/panorama>>. Acesso em: 13 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **História**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itaberaba/historico>>. Acesso em: 25 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itaberaba/pesquisa/37/30255?localidade1=291190&localidade2=292595>>. Acesso em: 13 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itaberaba/pesquisa/37/30255?localidade1=291900&localidade2=291960>>. Acesso em: 13 set. 2018.

ITABERABA.NET. **Histórias De Itaberaba**. 2017. Disponível em: <<https://www.itaberaba.net/historias-de-itaberaba/>>. Acesso em: 01 out. 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

\_\_\_\_\_. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARRA, Adriana Ventola. **História do Cooperativismo**. Aula 2. Disponível em: <[http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/578/Aula\\_02.pdf?sequence=7&isAllowed=y](http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/578/Aula_02.pdf?sequence=7&isAllowed=y)>. Acesso em: 20 set. 2018.

MORAIS, Roberto Tadeu Ramos. **Cooperação, cooperativismo e desenvolvimento local: uma relação possível?** In: XIV SIMGeo- Simpósio de Geografia da UDESC. Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento, 2014.

MOTA, Hugo. **O que é IDH?** Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-idh.htm>>. Acesso em: 09 out. 2018.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. Brasília: BCB, 2008.

PORT, Márcio; MEINEM, Ênio. **Cooperativismo financeiro, percurso histórico, perspectivas e desafios: de cooperativa de crédito a principal instituição financeira do associado e Book Kindle**. Brasília: Editora Confabras, 2015.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **ACI – Aliança Cooperativa**. Disponível

em: <[Internacionalhttp://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/aci-alianca-cooperativa-internacional/](http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/aci-alianca-cooperativa-internacional/)>. Acesso em: 04 out. 2018.

PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERABA. **História**. Disponível em: <<http://www.itaberaba.ba.io.org.br/historia>>. Acesso em: 08 out. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Editora Feevale, 2013.

SECOM DE ITABERABA, **Itaberaba está pronta para você!** 2017. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=3HVDUoVRx\\_U&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?v=3HVDUoVRx_U&feature=youtu.be)>. Acesso em: 08 out. 2018.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3588256/mod\\_resource/content/1/SINGER%20-%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20-%20Livro%20completo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3588256/mod_resource/content/1/SINGER%20-%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20-%20Livro%20completo.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2018.

SISTEMA OCB. **História do Cooperativismo**. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>>. Acesso em: 23 set. 2018.

SOUZA, Edson Galdino Vilela de. **Cooperativismo de crédito no Brasil: Globalização, Estado e Cidadania**. Curitiba: Juruá, 2008.

## BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027** – informação e documentação – sumário – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

\_\_\_\_\_. **NBR 6024** – informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724** – informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

\_\_\_\_\_. **NBR 15287** – informação e documentação – projeto de pesquisa – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

\_\_\_\_\_. **NBR 6028** – informação e documentação – resumo – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 6023** – informação e documentação – referências – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 10520** – informação e documentação – citação - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

SANTOS, Luiz Carlos dos. **Métodos científicos aplicáveis às ciências contábeis**. Disponível em: <[http://www.lcsantos.pro.br/arquivos/166\\_METODOS\\_CIENTIFICOS\\_APLICAVEIS\\_CIENCIAS\\_CONTABEIS28082017-092458.pdf](http://www.lcsantos.pro.br/arquivos/166_METODOS_CIENTIFICOS_APLICAVEIS_CIENCIAS_CONTABEIS28082017-092458.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Referências, referência bibliográficas ou bibliografia?** Disponível em: <<http://www.lcsantos.pro.br/arquivos/Referencias-Bibliografia09062008-152527.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Tipologias metodológicas quanto aos objetivos da pesquisa, aplicada às ciências contábeis**. Disponível em: <<http://www.lcsantos.pro.br/index.php>>. Acesso em: 27 abr. 2018.